

17 NOV 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Benefícios ao Judiciário

**É** inadmissível que em período de crise, como o atual, órgãos públicos queiram aumentar seus orçamentos a partir da concessão de benefícios aos servidores. Depois do aumento de salário de dois dígitos reivindicados pelos trabalhadores do Judiciário – que a presidente Dilma Rousseff (PT) vetou – o Judiciário do Paraná reivindica a ampliação da concessão de benefícios ao seu quadro funcional. Os pedidos resultarão em importantes impactos positivos no orçamento dos órgãos.

O Ministério Público, por exemplo, pretende gastar mais de R\$ 1 milhão por ano com a concessão de auxílio-creche para 120 funcionários, com filhos de até seis anos de idade, que ainda não tenham ingressado no 1º ano do Ensino Fundamental. A previsão consta do projeto de lei 824/2015, que entrou em tramitação na Assembleia Legislativa (AL). Conforme a proposta, o benefício, de R\$ 687,79, será reajustado todo mês de julho a partir do INPC e por ato do procurador-geral de Justiça, o que desobriga a necessidade de aprovação pela AL.

Na semana passada o Tribunal de Justiça enviou dois projetos à Assembleia também com aumento de custos. Um projeto prevê a concessão de auxílio-saúde para os servidores comissionados (magistrados e trabalhadores ativos e inativos já recebem), enquanto a outra proposta prevê a criação de quatro novas varas judiciais. Se aprovados, os dois projetos gerariam custo-extra de R\$ 26 milhões nos próximos três anos e R\$ 2,32 milhões por ano, respectivamente.

Parece um contrasenso que em um período como o atual – de grave crise econômica e política – e de ajustes fiscais, o Judiciário apresente propostas que demandem ainda mais recursos públicos. A população tem sido extremamente penalizada, uma vez que foram promovidos diversos aumentos de impostos, as tarifas controladas também foram reajustadas, a inflação está em alta o que, conseqüentemente, diminuiu a renda das famílias. Todos os setores da economia têm que apresentar a sua parcela de esforço e mostrar um exemplo positivo à sociedade. É preciso dar um fim às benesses a apenas uma pequena parcela de trabalhadores

17 NOV 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Mais cinco são denunciados por exploração

Serventuário da Justiça, advogado, agricultor e dois empresários de Londrina e Jacarezinho estão em lista do Ministério Público

Celso Felizardo  
Reportagem Local

O Ministério Público (MP) ofereceu ontem mais cinco denúncias ligadas à rede de exploração sexual de adolescentes que existia em Londrina e foi desmontada em janeiro deste ano pelo Grupo de Atuação e Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Nesta nova etapa, oito pessoas foram acusadas por crimes cometidos contra 17 vítimas, que tinham, à época dos fatos, entre 14 e 17 anos. O MP não revelou nomes mas entre os novos denunciados estão um serventuário da Justiça, um advogado, um agricultor e dois empresários - um de Jacarezinho e outro de Londrina, que está foragido desde março.

Além dos citados, constam na denúncia, ainda, duas aliciadoras e um empresário de Cambé - os três já denunciados anteriormente pelo MP pelos mesmos crimes. Essas novas denúncias fazem parte de um segundo pacote de inquéritos policiais sobre ex-

ploração sexual infantojuvenil instaurados pelo Gaeco de Londrina, que estavam aguardando análise da 29ª Promotoria.

Os crimes, cometidos entre 2008 e 2014, são de exploração sexual de adolescentes. Já na primeira leva de inquéritos, que resultou no oferecimento de nove denúncias, com 13 réus, no último dia 5 de novembro, o MP incluiu denúncia pelo crime de estupro de vulnerável, quando as vítimas são menores de 14 anos de idade.

Do total de 39 inquéritos relacionados ao esquema, 32 resultaram em ações penais que estão tramitando na Justiça. A promotoria já ofereceu 14 denúncias à Justiça, somando os dois conjuntos de inquéritos. De acordo com a promotora Susana Lacerda, há 36 réus nas ações e foram identificadas pelo menos 50 vítimas.

Apenas o primeiro processo do caso já teve condenação pela Justiça: o do auditor-fiscal Luiz Antônio de Souza, preso em flagrante no início do ano com uma adolescente

de 15 anos em um motel da cidade. Uma aliciadora, de 19 anos, também foi condenada. Ambos assinaram termo de delação premiada com o Ministério Público. O auditor foi condenado a quatro anos de prisão em regime semiaberto por exploração sexual, um ano de detenção por porte ilegal de arma e pagamento de multa. Já a aliciadora recebeu pena de dois anos de prisão em regime aberto e multa.

A rede começou a ser revelada no início deste ano com a prisão em flagrante de um auditor-fiscal de Londrina. Desde então, um grande esquema de exploração foi revelado, envolvendo homens que pagavam por programas sexuais com crianças e adolescentes e jovens responsáveis por aliciar as meninas.

17 NOV 2015

## FOLHA DE LONDRINA

# MP prevê gastar mais de R\$ 1 mi ao ano com auxílio-creche

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

**Curitiba** – O Ministério Público (MP) do Paraná deve gastar, no próximo ano, R\$ 1.039.605,45 com a concessão de auxílio-creche para 120 funcionários, com filhos de até seis anos de idade, que ainda não tenham ingressado no 1º ano do Ensino Fundamental. A previsão consta do projeto de lei 824/2015, que começou a tramitar ontem na Assembleia Legislativa (AL). Segundo o texto, o benefício, de R\$ 687,79, será reajustado todo mês de julho, a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), por ato do procurador-geral de Justiça, isto é, sem a necessidade de aprovação pela AL.

O impacto aos cofres da instituição será de R\$ 80,2 mil mensais, o que corresponde a R\$ 240,6 mil em 2015 – considerando outubro (retroativo), novembro e dezembro. Em 2017, o custo chegará a R\$ 1.122.773,89. Na justificativa, o órgão alega que a AL tem instituída vantagem equivalente e que o Tribunal de Justiça (TJ) mantém, há vários anos, creches para seus servidores, com as mesmas 120 vagas. A proposta foi aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça por unanimidade, em sessão extraordinária realizada no dia 29 de outubro. Como o benefício tem caráter ressarcitório, mediante

comprovação de pagamento, não será incorporado aos salários, nem estará sujeito à tributação.

Em nota, o MP informou que já concede auxílio-creche aos seus servidores, “cumprindo o que estabelece a Constituição Federal, a Constituição Estadual e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente”. De acordo com o órgão, a mensagem “apenas explicita o reconhecimento desse direito subjetivo, em relação aos filhos de seus servidores, no que tange à assistência e à educação (não se estendendo a promotores e procuradores de Justiça)”. Também diz que a iniciativa tem respaldo na autonomia administrativa e financeira da instituição, restando suportada pelo orçamento do próprio Ministério Público”. Conforme o Portal da Transparência, os membros do MP têm direito também a um vale alimentação de R\$ 799, além de auxílios saúde e moradia.

17 NOV 2015

## FOLHA DE LONDRINA INFORME

### **Voldemort: audiências no subsolo**

As audiências do caso Voldemort, que envolve o empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), serão realizadas numa sala especial no subsolo do Fórum Criminal de Londrina, segundo informou o juiz titular do caso, Juliano Nanuncio. A sala é um pouco maior que as salas de audiência disponíveis em cada vara criminal. O objetivo é comportar os cinco réus que moram em Londrina (outros dois serão ouvidos em suas respectivas comarcas), seus advogados e testemunhas.

### **Entrada limitada**

A audiência é pública, informou o juiz, mas, devido ao tamanho da sala, a preferência para acompanhar os depoimentos é das partes em detrimento da imprensa. Ele também ressaltou que equipamentos de gravação de imagens e câmeras fotográficas serão limitados. "Não podemos permitir que a ostensividade possa interferir na audiência", explicou. Quanto ao Ministério Público, o coordenador do Gaeco, Jorge Barreto, informou que a promotora Leila Schimiti é quem vai acompanhar as audiências, que serão realizadas entre esta quarta e sexta-feira e na próxima segunda-feira.

### **OAB quer derrubar trecho de lei do direito de resposta**

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entrou ontem com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar trecho da lei do direito de resposta, sancionada na semana passada pela presidente Dilma Rousseff. A entidade quer suspender artigo da legislação que exige que, para suspender direito de resposta concedido por um juiz, seja necessária análise por um juízo colegiado. Pela nova lei, a contestação do direito de resposta pelo veículo de imprensa não pode ser analisada monocraticamente. O presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, afirmou que existe "perigo" que uma "lei de cláusula aberta gere dificuldades ao trabalho da imprensa". "O direito de resposta deve ser assegurado, contudo não pode ser exercitado abusivamente ou como estratégia para impedir o trabalho da imprensa livre", afirmou ele.

17 NOV 2015

## FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

### Ativismo

Ministério Público foi ao Judiciário contra o ataque a fundos (o do Consumidor e Meio Ambiente) por parte do governo estadual. Essa questão foi suscitada pelo Ministério Público do TC no seu parecer pela reprovação das contas do Executivo no exercício de 2014. Nunca, na história recente do Paraná, experimentamos tão durável experiência de democracia: ainda agora a mídia mostrou que o governo prorrogou, sem licitação, os contratos da Risotolândia para o fornecimento de alimentação aos presídios, escudado legalmente em decreto. Detalhe realçado pela circunstância de o dono da Risotolândia ter integrado a comitiva oficial ao exterior certamente não nutrida pelas "quentinhas" da tradicional empresa paranaense a substituir restaurantes de primeira.

### AGENDA

#### Magistratura do Trabalho

Londrina - Na sexta-feira (20), a Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra-PR) promove um seminário sobre a carreira da Magistratura do Trabalho. O evento ocorrerá das 14h às 17h, no auditório do Fórum Trabalhista de Curitiba (Avenida Vicente Machado, 400), e contará com palestras de juízes e desembargadores que transmitirão suas experiências sobre a aprovação no concurso, técnicas de estudo e vivência da profissão. O evento é gratuito e as inscrições podem ser feitas pela internet, clicando aqui (<http://goo.gl/forms/tMIXuzU1uT>). A escola emitirá certificado de participação. Mais informações pelo telefone (41) 3232-3024 ou [ematra@ematra9.org.br](mailto:ematra@ematra9.org.br).

17 NOV 2015

# GAZETA DO POVO

## JUDICIÁRIO Presidente do TJ dá as boas-vindas a Clayton Camargo

Alvo de processos administrativos disciplinares no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o desembargador Clayton Camargo, ex-presidente do TJ-PR, participou na segunda-feira (16) da sessão do Órgão Especial do TJ depois de um afastamento de mais de dois anos. A presença de Camargo foi registrada pelo presidente do TJ, Paulo Roberto Vasconcelos. "Bons trabalhos no seu retorno, aqui e na 1ª Câmara Criminal, com a graça de Deus", disse Vasconcelos. Em junho deste ano, o CNJ permitiu o retorno de Clayton Camargo às atividades no TJ, mesmo antes do julgamento final dos casos do magistrado no órgão nacional. Entre os motivos que levaram Clayton Camargo a ficar na mira do CNJ está uma suposta evolução patrimonial incompatível com seus rendimentos.

## CELSO NASCIMENTO

### Graças a Deus!

"Bons trabalhos no seu retorno, aqui e na 1ª Câmara Criminal, com a graça de Deus". Saudação proferida pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Vasconcelos, alegre com a presença do colega Clayton Camargo à atividade no Órgão Especial.

# GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

17 NOV 2015

## Paraná em liquidação

O professor Belmiro Valverde, dono de verve e humor cáusticos, costumava repetir a história do sujeito que, imprudentemente, se endividou até os tubos no cheque especial e teve de vender o único carro da família para saldar a dívida. Ótimo! Ficou no azul mas, em compensação, passou a andar a pé, pronto para se endividar de novo para comprar outro carro de tanto a família reclamar do desconforto e ser criticado pela diminuição do patrimônio.

O governo estadual personifica o hipotético endividado descrito pelo sempre lembrado duas vezes secretário do Planejamento, uma das quais na gestão de José Richa, em 1983/84. Para cobrir dificuldades de caixa, o filho agora decidiu colocar o Paraná em liquidação: quer vender 61 imóveis “inservíveis” na tentativa de arrecadar R\$ 100 milhões. Tudo bem: vai pagar parte dos credores, mas, em compensação, ficará sem os bens — assim como o sujeito que deixou a família sem o carro. Não erra quem achar a coisa um tanto parecida com as tradicionais promoções do comércio para torrar saldos, às vezes para fugir da concordata.

Entre os imóveis “inservíveis” — segundo anota reportagem desta **Gazeta do Povo** — está um terreno de 36 mil metros quadrados no bairro do Tarumã, proximidades do Detran e do Jockey Club do Paraná. Outra área “inservível” é uma de 165 mil metros quadrados situada no município de Cruzeiro do Sul, no Noroeste, a poucos quilômetros de Maringá. O governo revela que já haveria interessados na compra do imóvel para nele instalar um aeroporto.

A venda dos bens precisa de autorização da Assembleia, que ontem recebeu o anteprojeto de lei formulado pelo Executivo. Da justificativa consta que a manutenção dos imóveis [...] constitui-se medida desaconselhável, especialmente por implicar na necessidade de emprego de recursos humanos e financeiros na sua administração e conservação”.

E completa abrindo uma porta de esperança para os paranaenses: “Com o resultado da alienação desses imóveis, é esperada a melhoria da eficiência e eficácia na gestão do patrimônio imobiliário estadual, bem como a otimização de sua destinação.”

Ainda bem.

### **Longo recesso**

Discretamente, sem muita divulgação além da obrigatória publicação no Diário Oficial, o governador assinou o decreto 9568, do dia 4 último, instituindo “recesso funcional no âmbito do Poder Executivo Estadual durante as festividades de Natal e Ano Novo”.

A não ser os setores que prestam serviços essenciais, todas as repartições não terão expediente entre os dias 24 de dezembro a 3 de janeiro — isto é, a folga será geral por 11 dias.

O recesso preocupa os prefeitos: é bem no finzinho do mês que eles recebem o duodécimo do ICMS. A Fazenda estadual fará o repasse este ano ou só em janeiro?

17 NOV 2015

# GAZETA DO POVO

## CELSO NASCIMENTO

### **Devagar1**

Quando o governo tem pressa em ver aprovado um projeto de sua autoria já o envia à Assembleia com pedido de tramitação em "regime de urgência". A proposta fura a fila, entra em discussão na CCJ e segue rápido à votação em plenário. Não há tempo para o devido debate, aprimoramento e emendas. É tudo a toque de caixa para que vire lei em poucos dias. Foi assim com o projeto de confisco da Previdência, do aumento de impostos e tantos outros.

### **Devagar2**

Por isso, soa estranho que um determinado projeto que o governo mandou à Assembleia em 15 de julho esteja ainda dormindo na CCJ, onde chegou dia 3 de agosto. Do que tratava? Tratava de instituir "rigorosas" punições aos fiscais flagrados em práticas de extorsão mediante propina para livrar contribuintes do devido pagamento de impostos.

### **Devagar3**

O projeto apareceu como resposta à desagradável repercussão da Operação Publicano deflagrada pelo Gaeco – aquela que pegou chefões da Receita Estadual de Londrina, um deles parceiro nas pistas de corrida e outro, não funcionário, porém primo distante, além de empresários e contabilistas. O governo não pediu regime de urgência nem a Assembleia está tendo pressa em colocá-lo na pauta prioritária. Principal responsável pela ordem da pauta é o presidente da Casa, deputado Ademar Traiano, empresário do ramo têxtil e do mesmo partido do governador.

## COLUNA DO LEITOR

### **Ricardo Lewandowski**

Causa estranheza um presidente do STF temer um "golpe". Acho que golpe foi aplicado pela presidente ao fazer "o diabo", como ela própria declarou que faria para se reeleger. Se a verdade fosse mostrada antes das eleições, o resultado seria outro.

Sebastião André da Silva



17 NOV 2015

# GAZETA DO POVO

» PARANÁ

## **MP quer pagar auxílio-creche a funcionários**

Apesar da crise econômica no país, o Ministério Público Estadual (MP) pretende pagar auxílio-creche ou pré-escola de até R\$ 687,79 a seus funcionários da ativa — efetivos e comissionados —, com data retroativa a outubro. No total, o custo anual da medida chegaria a R\$ 1,13 bilhão em 2017.

Pelo projeto encaminhado na segunda-feira (16) à Assembleia Legislativa, o benefício valerá para servidores com filhos de até seis anos, desde que eles não tenham ingressado no 1.º ano do ensino fundamental, e vai totalizar em torno de 120 auxílios conforme os dados atuais. A proposta prevê que a vantagem poderá ser reajustada anualmente, no mês de julho, pelo procurador-geral de Justiça — portanto, sem passar pelo Legislativo —, com base no IPCA.

Em nota, o MP afirmou que já concede auxílio-creche aos seus servidores, conforme preveem a Constituição Federal, a Estadual e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo o órgão, o projeto enviado à Assembleia “apenas explicita o reconhecimento desse direito subjetivo, em relação aos filhos de seus servidores, no que tange à assistência e à educação”. Disse, por fim, que tem autonomia administrativa e financeira para pagar o benefício, que será bancado por seu próprio orçamento. (ELG)

# GAZETA DO POVO

## **OAB questiona no STF trecho da Lei de Direito de Resposta**

**17 NOV 2015**

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ingressou na segunda-feira (16) no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação em que pede a anulação de um trecho da nova Lei de Direito de Resposta, regramento recém-sancionado que estabelece um rito especial na Justiça para contestar publicações dos órgãos de imprensa.

A Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), com pedido de liminar, tem como foco o artigo 10 da nova lei, que exige uma decisão colegiada de desembargadores para que seja suspensa decisão de primeira instância favorável a um pedido de direito de resposta.

Em caso de decisão do juiz de primeira instância determinando a publicação da resposta, os órgãos de imprensa poderão recorrer a tribunais que abrangem a comarca onde a ação foi proposta em busca de uma liminar que suspenda essa decisão até o julgamento do mérito da ação.

Para a OAB, exigir a análise colegiada do recurso fere os princípios constitucionais da igualdade entre as partes de uma ação e da separação entre os Poderes, já que o Legislativo estaria ditando regras sobre como o Judiciário deverá proferir seus julgamentos. Além disso, deixaria um desembargador em desvantagem em relação a um juiz de primeira instância, já que o primeiro não teria poder de, isoladamente, suspender a decisão do segundo.

# GAZETA DO POVO

## ENTRELINHAS

### Noronha é o novo presidente da OAB-PR



17 NOV 2015

**J**osé Augusto Araújo de Noronha (foto), da Chapa XI de Agosto, é o novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná (OAB-PR). Ele venceu a eleição contra o candidato Samir Mattar Assad, da chapa Nova Ordem. Noronha é o atual presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná e vai substituir Juliano Breda, atual presidente da OAB-PR, que também é da XI de agosto. As votações ocorreram realizadas na segunda-feira (16) em todo o Paraná; em Curitiba, houve bastante movimento na região do Parque Barigui, onde a eleição foi realizada. Por volta das 21 horas, com 91% das urnas apuradas, o advogado contava com 21.800 votos (66,8%).

#### Serviços e diálogo

"Esse resultado das urnas reflete o reconhecimento dos advogados paranaenses à qualidade dos serviços prestados por toda a OAB. E daqui para frente, vamos continuar a oferecer os melhores serviços, aumentando o diálogo cada vez mais. Por isso o nosso lema é 'OAB para os Advogados e para a Sociedade' e vai ser assim do primeiro ao último dia", declarou o novo presidente, após ser confirmada sua vitória.

## BESSA

### Um longo caminho

**F**oi na cervejaria Devassa da Praça da Espanha a comemoração pela vitória do jovem advogado José Augusto Araújo de Noronha, da chapa XI de Agosto, à presidência da OAB-PR na eleição de ontem. Segundo disse à coluna, o local escolhido é bastante frequentado por jovens advogados, muitos deles que ajudaram a garantir sua vitória consagrada. Quem também festejou muito o resultado foi o ex-presidente da seccional, José Lucio Glomb, que era uma espécie de padrinho da candidatura de Noronha.



Glomb, aliás, acaba de fazer o Caminho de Santiago de Compostela.

17 NOV 2015

# GAZETA DO POVO

## Moro condena Luiz Argôlo

*Katna Baran*

Em sentença publicada no final da tarde de segunda-feira (16), o juiz federal Sergio Moro condenou o ex-deputado federal Luiz Argôlo a 11 anos e 11 meses de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Conforme a decisão, Argôlo recebeu cerca de R\$ 1,5 milhão em vantagens indevidas das empreiteiras fornecedoras da Petrobras e ocultou os recursos criminosos.

Na mesma sentença, Moro inocentou Rafael Ângulo Lopes, que trabalhava para o doleiro Alberto Youssef, do crime de corrupção passiva.

Youssef e o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa também não foram condenados, já que, como ressalta Moro, eles cometeram crimes em continuidade delitiva, “com o que nova condenação não alteraria a pena”.

Conforme o juiz, Argôlo incorreu do crime de corrupção passiva por dez vezes e de lavagem de dinheiro por seis.

Moro também aumentou a pena do ex-deputado pelo fato de ele ter “comprado a lealdade” do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, que, por sua vez, não tomou providências contra o cartel e fraudes mantidas nas licitações da estatal.

17 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Justiça suspende fechamento de escola estadual no litoral de SP

Com liminar, cai de 94 para 92 número de colégios que terão atividades encerradas no Estado

**Em protesto contra a medida da gestão Alckmin, 23 escolas já foram invadidas, afetando 26 mil alunos**

FELIPE SOUZA  
JULIANA GRAGNANI  
DE SÃO PAULO

A Justiça suspendeu nesta segunda-feira (16) o fechamento da escola estadual Braz Cubas, em Santos, no litoral paulista. Ela constava da lista das que teriam as atividades encerradas na reorganização da rede da gestão Geraldo Alckmin (PSDB).

Em protesto contra o plano, jovens já invadiram 23 colégios do Estado, afetando 26 mil estudantes.

A decisão da Justiça sobre a escola de Santos foi concedida em caráter liminar (provisório) após a Defensoria Pública e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) entrarem

com ação. O principal argumento é que o governo não poderia fechar uma referência na educação de crianças com deficiência.

Na decisão, o desembargador Pinheiro Franco pede que a escola continue funcionando até que seja provada “a real necessidade do encerramento de suas atividades.”

Na semana passada, o governo Alckmin já havia desistido de fechar outro colégio estadual, na zona rural de Piracicaba (a 160 km da capital paulista), após mães acionarem o Ministério Público.

O recuo foi decidido após negociação com a secretaria de Educação. O principal argumento era a distância da outra escola para a qual seriam transferidos cerca de 150 alunos — 8 km.

## MANIFESTAÇÕES

O plano de reorganização das escolas de Alckmin prevê para 2016 o encerramento das atividades em 92 escolas

e o remanejamento de cerca de 300 mil alunos — a rede estadual tem 5.147 escolas e atende a 3,8 milhões de alunos. Ao todo, 754 escolas atenderão só um ciclo de ensino no Estado.

No caso da Fernão Dias Paes, na zona oeste de SP, uma das primeiras a ser tomada pelos estudantes, alunos do fundamental serão transferidos, e salas de ensino médio receberão estudantes de outras escolas.

Nesta segunda-feira, mães de estudantes que não participam da invasão foram para o portão do colégio tentar colher informações sobre a situação das aulas.

A doméstica Ivone Moreira, mãe de uma aluna, perguntou se a diretora estava na escola. “A diretoria somos nós”, respondeu um aluno.

Moreira diz ser favorável ao movimento, mas faz ressalvas: “Por que não fazem em outro lugar? Assim atrapalham as aulas”.

17 NOV 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## OAB contesta nova lei de direito de resposta

Ordem vai ao STF contra exigência de decisão colegiada para suspender direito de resposta concedido em 1ª instância

**Para a OAB, regra colocaria um desembargador em desvantagem em relação a um juiz**

RANIER BRAGON  
DE BRASÍLIA

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) ingressou nesta segunda-feira (16) no Supremo Tribunal Federal com uma ação em que pede a anulação de um trecho da nova Lei de Direito de Resposta, que estabelece um rito especial na Justiça para contestar publicações dos órgãos de imprensa.

A Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), com pedido de liminar, tem como foco o artigo 10º da nova lei, que exige uma decisão colegiada de desembargadores para que seja suspensa decisão de primeira instância favorável a um pedido de direito de resposta.

“A OAB não se opõe ao direito de resposta, que é constitucional e atende a todos cidadãos, mas tem um dispositivo que se afigura inconstitucional por criar uma desigualdade entre as partes”, afirmou o presidente da OAB, Marcos Vinícius Furtado Coêlho.

Em caso de decisão do juiz de primeira instância determinando a publicação da resposta, os órgãos de imprensa poderão recorrer a tribunais que abrangem a comarca onde a ação foi proposta em busca de uma liminar que suspenda essa decisão até o julgamento do mérito da ação.

Para a OAB, exigir a análise colegiada do recurso fere os princípios constitucionais da igualdade entre as partes de uma ação e da separação entre os Poderes, já que o Legislativo estaria ditando regras sobre como o Judiciário deverá proferir seus julgamentos. Além disso, deixaria um desembargador em desvantagem em relação a um juiz de primeira instância, já que o primeiro não teria poder de, isoladamente, suspender a decisão do segundo.

“Exigir a reunião de ao menos três desembargadores nos tribunais do país (...) praticamente inviabiliza o direito de defesa do veículo de imprensa. (...) Estabelecer que o direito de resposta depende da decisão de apenas um juiz, mas exigir juízo colegiado prévio para suspensão de seus efeitos compromete o princípio da igualdade entre as partes”, diz trecho da Adin.

Esse ponto da lei é também alvo de críticas das associações integradas por órgãos de imprensa.

O presidente da OAB afirmou ver deficiências em outras partes da lei, mas argumentou que só o artigo 10º apresenta flagrante inconstitucionalidade.

A nova Lei de Direito de Resposta foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff na semana passada. O tema foi colocado em votação neste ano pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), um dos principais alvos da investigação do esquema de corrupção na Petrobras.

Na semana passada, Cunha afirmou que irá usar a nova lei contra uma reportagem do jornal “O Globo” que indicava contradições entre sua defesa no caso e documentos que o ligam a contas secretas na Suíça.

17 NOV 2015

## FOLHA DE S. PAULO

**MÔNICA BERGAMO**

### **BOA MESA**

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) decide hoje se o devedor de alimentos, ao não pagar em dia a pensão do dependente, pode ser inscrito em serviços de proteção ao crédito, como SPC e Serasa.

### **ÚLTIMO RECURSO**

Há magistrados que entendem que a pensão não pode ser equiparada a uma dívida comercial, já que não há lei prevendo essa interpretação. Em outras decisões, juízes dizem que, quando o devedor de alimentos não tem patrimônio emprego e consegue escapar da prisão, a negativação do nome pode ser meio eficaz para forçá-lo a pagar a pensão.

### **CADASTRO DA FOME**

No Congresso já tramitam inclusive projetos propondo a criação de um novo banco de dados, o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares (CPCOA), que estaria interligado aos demais bancos de dados.

17 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

## Só à luz do dia

**STF suspende mecanismo que permitia as chamadas doações ocultas, regra que o Congresso aprovou na contramão da democracia**

Por 11 votos a zero, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o dispositivo da reforma política aprovada em setembro pelo Congresso que permitia as chamadas doações ocultas nas eleições.

Embora provisória — trata-se ainda de liminar em ação da Ordem dos Advogados do Brasil —, a decisão sinalizou que os ministros da corte suprema não compactuam com a tentativa dos partidos de escamotear os vínculos entre doadores e candidatos beneficiados.

A falta de transparência sobre o financiamento é danosa para a democracia. Os eleitores têm direito de apoiar os postulantes com os quais se identificam, mas as doações precisam ser feitas à vista de todos — tanto para que se saiba quem secunda determinada candidatura como para que seja mais fácil fiscalizar a atuação do político.

A Operação Lava Jato tem revelado à exaustão negociações entre patrocinadores e eleitos, sempre regidas por uma interpretação perversa do princípio franciscano “é dando que se recebe”.

A fim de manter transações em sigilo, muitos partidos brasileiros recorriam ao expediente de reunir as contribuições em um caixa único. O bolo era depois repassa-

do aos candidatos sem que os patronos fossem identificados.

O Tribunal Superior Eleitoral tentou cercear esse subterfúgio em 2010, mas as precauções adotadas se revelaram insuficientes. Naquele pleito, as 12 maiores legendas mantiveram nas sombras o destino de mais de R\$ 500 milhões que aportaram nos comitês eleitorais.

No ano passado, o TSE determinou, pela primeira vez, que as siglas revelassem os doadores originais de todos os recursos. Os partidos reagiram. A reforma eleitoral aprovada em marcha forçada procurou apagar o rastro do dinheiro.

Por meio de um parágrafo introduzido no artigo 28 da Lei Eleitoral, o Congresso tentou derrubar a resolução 23.406 do TSE, insistindo em que todos os valores repassados pelos partidos a seus candidatos fossem registrados “sem individualização dos doadores”.

Felizmente o STF não se deixou intimidar por essa manobra para restabelecer o “statu quo ante”. Como sustentou a ministra Cármen Lúcia, “a transparência faz parte da democracia. Ou se tem democracia e, portanto, transparência, ou não se tem democracia”.

É claro que a decisão do STF não vai eliminar os acordos entre doadores e políticos, e muito menos suprimirá o caixa dois. Doações ocultas não deixarão de existir, lamentavelmente, mas se tornarão mais difíceis e, sobretudo, não contarão com o verniz de legalidade que os congressistas passaram sobre elas.



## Terceiro político condenado, Argôlo pega quase 12 anos

O ex-deputado baiano Luiz Argôlo (ex-SDD e ex-PP) foi condenado ontem a 11 anos e 11 meses de prisão.

O juiz Sérgio Moro concluiu que ele recebeu diretamente R\$ 1,47 milhão do esquema da Petrobras. O dinheiro saiu da parcela de propinas ao PP, que controlava a diretoria de Abastecimento da estatal.

Argôlo é o terceiro político condenado na Lava Jato. Ao lado de André Vargas (ex-PT-PR) e Pedro Corrêa (PP-PE), ele "caiu nas mãos" de Moro porque não tinha mais mandato e, portanto, perdeu o direito a foro privilegiado. Os demais políticos envolvidos são julgados no STF (Supremo tribunal Federal).

Argôlo foi preso com Var-

## 46 anos

10 meses e 10 dias é a soma das penas dadas aos três políticos já condenados na Lava Jato: foram mais de 20 anos a Corrêa, 14 anos a Vargas e quase 12 para Argôlo

gas e Corrêa em abril, na 10ª fase da Lava Jato.

O ex-parlamentar, de 35 anos, era apelidado de "bebê Johnson" por ser um político jovem e promissor. O empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC, afirmou que doou R\$ 600 mil via caixa 2 para que Argôlo auxiliasse candidatos a prefeito na Bahia. O dinheiro não tinha ligação com a Petrobras. **METRO CURITIBA**

## JORNAL DO ÔNIBUS Luiz Argôlo é condenado a quase 12 anos de prisão

O juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal em Curitiba, condenou ontem o ex-deputado federal Luiz Argôlo a 11 anos e 11 meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro. Argôlo foi acusado de receber R\$ 1.474.442 de propina do esquema de corrupção investigado na Operação Lava Jato. Ainda cabe recurso da decisão.

Na decisão, Moro também decidiu man-

ter a prisão cautelar de Argôlo. "Agrego que, em um esquema criminoso de maxipropina e maxilavagem de dinheiro, é imprescindível a prisão cautelar para proteção da ordem pública, seja pela gravidade concreta dos crimes, seja para prevenir reiteração delictiva, incluindo a prática de novos atos de lavagem do produto do crime ainda não recuperado", afirmou Moro. ●

### Vargas enrolado

O Ministério Público Federal (MPF) reforçou o pedido de condenação do ex-deputado federal André Vargas pelo crime de lavagem de dinheiro na compra de um imóvel em Londrina. Investigado na Lava Jato, André Vargas é réu em uma ação penal originada a partir da 11ª fase da operação, deflagrada em abril deste ano, quando o ex-parlamentar foi preso. O MPF pede também a condenação da esposa de André Vargas, Edilaira Gomes, e do irmão Leon Vargas, também por lavagem de dinheiro.

17 NOV 2015

## BEMPARANÁ

### MP propõe auxílio-creche

O Ministério Público Estadual (MPE) enviou ontem à Assembleia Legislativa projeto que prevê o pagamento de auxílio-creche para servidores do órgão com filhos com até 6 anos de idade. A proposta estabelece que o benefício será de R\$ 687,79, com reajuste anual definido a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor por ato do procurador Geral de Justiça.

O impacto da medida aos cofres públicos será de R\$ 80,2 mil mensais, chegando a R\$ R\$ 240,6 mil este ano. Em 2016, o custo será de R\$ 1.039.605,45 e em 2017, de R\$ 1.122.773,89.

O MPE alega que a Assembleia Legislativa já paga benefício semelhante para seus servidores, e o Tribunal de Justiça mantém uma creche com 120 vagas para os filhos de seus servidores.

### Exploração sexual

O Ministério Público ofereceu ontem mais cinco denúncias relacionadas à rede de exploração sexual de adolescentes que existia na cidade e que começou a ser revelada em janeiro deste ano. Ao todo, oito pessoas foram acusadas por crimes cometidos contra 17 vítimas, que tinham, à época dos fatos, entre 14 e 17 anos. Dentre os novos denunciados estão um serventuário da Justiça, um advogado, um agricultor e dois empresários - um de Jacarezinho e outro de Londrina, que está foragido desde março. Os crimes, cometidos entre 2008 e 2014, são de exploração sexual de adolescentes. Além dos citados, constam na denúncia, ainda, duas aliciadoras e um empresário de Cambé - os três já denunciados anteriormente pelo Ministério Público pelos mesmos crimes.

## RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 15 de novembro de 2015 às  
10h45

### Noite do Equilibrista

Recentemente aconteceu a movimentada cerimônia de entrega do prêmio Equilibrista 2015 durante evento promovido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF/PR.

O grande vencedor da noite foi o executivo Josenei Guilherme Novakoski, diretor financeiro da Neodent.

Já os profissionais “Destaque Finanças 2015” foram; Derli Koefender, diretor financeiro da Remasa Reflorestadora e Luiz Lemos Meira, diretor de finanças do Grupo Boticário.

O evento que movimentou o Castelo do Batel teve como patrocinador máster; Nelson Wilians & Advogados Associados.

**CONTINUA**

15 NOV 2015

CONTINUAÇÃO **Paraná Portal**

Na foto Paulo Roberto Vasconcelos, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Sandra Comodaro da equipe NWADV e Ardisson Ackel, presidente da Junta Comercial do Paraná.  
Foto Naideron Jr.



Paraná Portal 15 NOV 2015

## RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 15 de novembro de 2015 às  
17h46

### Vitrine

Viviane Kaled, proprietária da VK Empório, apresentou sua coleção Alto Verão 2016 para convidados e clientes VIP durante coquetel.

As principais tendências do mundo da moda puderam ser conferidas de perto, como a volta das calças flare, muito usadas na década de 70, que retornam com linhas mais modernas e elegantes, o monocromático all white, além das saias e bermudas com comprimento midi e os vestidos acinturados, que realçam as curvas femininas.

**CONTINUA**

CONTINUAÇÃO Paraná Portal 15 NOV 2015



Na foto, Dirce Keppen, esposa do desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, Luiz Fernando Keppen, ao lado de Sandra Formighieri.

Paraná Portal 15 NOV 2015

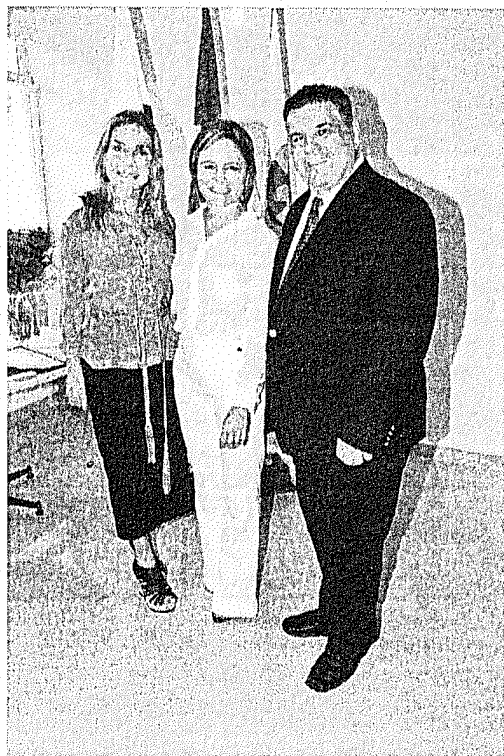
RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 15 de novembro de 2015 às  
18h25

## Competência reconhecida

Carlise Kwiatkowski é reconduzida ao cargo de presidente do Provopar Estadual.



Em assembleia realizada no último dia 10,  
na sede administrativa do Provopar

**CONTINUA**

Estadual, diretores e conselheiros do Provopar Estadual aprovaram por unanimidade, a indicação do governador Beto Richa para a continuidade da atual presidente Carlise Kwiatkowski na presidência da instituição.

O governador do Estado do Paraná, Beto Richa, enviou uma carta aos conselheiros.

Confira o trecho principal: “Atendendo ao Estatuto do Provopar Estadual Ação Social, seção III – da Diretoria Eletiva, art. 19, e considerando o reconhecimento da população paranaense do trabalho social que vem sendo realizado pela Senhora Carlise Kwiatkowski à frente do Provopar Estadual, indico a sua recondução ao cargo de Presidente para Gestão 2016/2017”.

Durante a reunião foi apresentado um balanço geral dos projetos, ações e campanhas da instituição e também um histórico das contas do Provopar Estadual desde 2011, quando a atual direção assumiu o comando da instituição.

**CONTINUA**





Também foram apresentados mais três novos conselheiros do Provopar Estadual, os empresários Pedro Bartoski, Ruy Barrozo e Cristiane Mocelin.

Carlise iniciou sua fala agradecendo a presença e colaboração de todos, especialmente da sua equipe de trabalho.

“Quero agradecer a esse grupo incansável e guerreiro que, mais do que desempenhar sua função, contribui para que milhares de pessoas e famílias tenham mais dignidade e qualidade de vida. Agradeço pela recondução ao cargo, estou muito feliz por

**CONTINUA**

**CONTINUAÇÃO Paraná Portal 15 NOV 2015**

ter este reconhecimento e espero fazer ainda muito mais pelo nosso Paraná”, concluiu.

A assembleia contou ainda com a presença do vice-presidente Tufy Karam Geara, do auditor Geovani Gomes Zagoto, do contador Paulo Roberto Doro, da doutora Wania Maria Barbosa, e dos conselheiros Elio Winter, Aldo Alfredo Malucelli, Alita Rusch, Rose Mari Coletti, José Carlos Carvalho, Giulberto Minguetti, Erasmo de Paula Machado.